

Exmo. Snr Dr. Antonio Athayde
D. D. Deputado Estadual

RELATORIO

APRESENTADO

AO

Exmo Snr Dr Presidente do Estado do Espirito Santo

PELO

Sr. Dr. José Espindula Batalha Ribeiro

PROCURADOR GERAL INTERINO



VICTORIA

Typ

celo — Rua da Alfandega n 11

1908

R
353.068152
E77r
1908
50
Ex.2

Exmo. Sr. Dr. Antonio Athayde
D. D. Deputado Estadual

RELATORIO

APRESENTADO

AO

Exmo Snr Dr Presidente do Estado do Espirito Santo

PELO

Sr. Dr. José Espindula Batalha Ribeiro

PROCURADOR GERAL INTERINO



VICTORIA

Typ

elo — Rua da Alfandega n 11

1908



RELATORIO

APRESENTADO PELO

Sr. Dr. José Espindula Batalha Ribeiro

PROCURADOR GERAL INTERINO

AO

Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado do Espirito Santo



R
353.068152
09

VICTORIA

Typ. Modelo — Rua da Alfandega n. 11
1908

R
353.068152
E 772
1908
50



Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado

Cumprindo o preceito contido no art. 230 da lei n. 516 de 21 de Dezembro de 1907 tenho a subida honra de apresentar a V. Exa. o relatorio dos negocios affectos ao Ministerio Publico do Estado, de cuja direcção fui encarregado em data de 1 de Junho do corrente anno, graças a benevolencia e generosidade de V. Exa. que muito excederam as minhas immeritas ambições e limitadas aspirações.

Effectivamente sou o primeiro a confessar a ausencia de merecimentos proprios para a honrosa e elevada investidura deste cargo, mas, amparado pelo constante e efficaz auxilio emanado de actos e conselhos de V. Exa., espero corresponder a alta distincção que me foi conferida, certo de que esforçar-me-ei por cumprir os deveres inherentes ao cargo no desempenho do *desideratum* em que todos nos achamos empenhados pela causa do Estado, da Justiça e do Direito.

Compreende bem V. Exa. que, mediando apenas pouco mais de 2 mezes entre a data da minha nomea-

ARQUIVO PUBLICO DO ESP. SANTO
BIBLIOTECA

N.º	DATA
7624	24.06.99

— 4 —

ção e exercicio e a em que apresento este relatorio, não era possivel em tão pequeno lapso de tempo conhecer todos os assumptos do meu departamento, menos ainda cuidar e impulsionar os serviços que por ventura dependão de meticulosa ou detalhada preocupação, como é o meu desejo. Apesar disso, encontrará V. Exa. em traços ligeiros uma exposição dos factos principaes occorridos, bem como despretençiosas considerações a respeito de medidas e providencias que, no meu entender, correspondem melhor ás exigencias do serviço publico.

Seja, pois, V. Exa. indulgente, tanto mais quando estou certo, outros auxiliares da administração, illustres pelo saber e patriotismo, proporcionarão e habilitarão V. Exa. com todos os dados para a normalisação de todos os serviços, concorrendo assim para o brilhantismo e benemerencia do periodo governamental de V. Exa., prestando tambem um serviço á Republica.

CORTE DE JUSTIÇA

A Egregia Corte de Justiça do Estado, composta de provectos e illustrados magistrados, trabalhou com a maxima regularidade, sendo de notar a assiduidade com que os Exmos. Srs. Ministros, que a compõem, concorreram ás sessões, de modo que os julgamentos andaram sempre em dia, sendo dispensadas sessões extraordinarias. Ha apenas algumas appellações de annos anteriores que, por causas diversas e quasi todas por falta de preparo, ainda não receberam o *verdictum* do Egregio Tribunal. Durante o anno de 1907, entraram na Secretaria da Corte de Justiça 45 feitos, inclusive 11 habeas-

— 5 —

corpus, sendo proferidos em igual periodo 51 accordãos, como tudo se evidencia descriminadamente do annexo n. 1.

A simples comparação destes dados estatísticos constitue motivo de justo desvanecimento, pois se verifica que os accordãos proferidos em feitos anteriores excederam ao numero de processos que durante aquelle anno foram apresentados ao estudo dos doutos julgadores.

SECRETARIA

Os trabalhos da Secretaria da Côrte de Justiça, no que se refere á Procuradoria Geral do Estado, correram sempre com a maior regularidade, devido ao zelo, cuidado e actividade do Secretario Dr. Arthur Lourenço de Araujo Primo, a quem não posso regatear os meus louvores pelos exemplos de excepcional assiduidade e da mais rigorosa exacção no cumprimento de seus deveres que já lhe são proverbias.

PROMOTORIA DA JUSTIÇA

As comarcas do Estado achão-se presentemente providas de promotores diplomados em direito por Faculdades da Republica, na forma do art. 55 e § unico da lei n. 516 de 21 de Dezembro de 1907. Esta providencia de ordem social se impunha como medida moralisadora e necessaria e outro intuito não tive em destituir os que exerciam este cargo a titulo effectivo sinão consultar as conveniencias da administração da Justiça, como tambem os reclamos dos respectivos Juizes de Direito, que assim traduzião a aspiração de seus jurisdicionados e foi com-

— 6 —

penetrado deste mesmo pensamento e convencido que ella satisfazia a uma aspiração geral que não me demorei em executar o preceito legal.

Com excepção das comarcas da Serra, Vianna, Guandú e Alegre já os respectivos promotores recentemente nomeados assumiram o exercicio e se achão no desempenho do cargo.

Apraz-me consignar que todos os auxiliares do Ministerio Publico, nas diversas comarcas do Estado, com rarissimas excepções, têm se desempenhado regularmente dos deveres inherentes aos seus cargos, lamentando apenas que algumas das disposições contidas no art. 138 da Lei n. 516 cit., aliás já previstas na lei n. 7 de 28 de Junho de 1892, não tenham sido observadas rigorosamente como seria para desejar. Tenho noticia de que nem todos os promotores inspecionão as prisões para requererem o que fôr a bem da justiça e da humanidade, assim como têm deixado de remetter ao Procurador Geral do Estado o relatorio semestral contendo a estatistica dos crimes e dos trabalhos judiciarios da comarca no semestre findo.

Basta dizer que somente os Bachareis Americo Ribeiro Coelho, Christiano Vieira de Andrade e José Pereira Guimarães Filho, dignos promotores de justiça das comarcas desta Capital, Itabapoana e Alegre, enviaram os seus minuciosos relatorios, aos quaes louvo, esperando que continuem a servir os seus cargos com solicitude, zelo e honestidade, honrando assim a Justiça e a si proprios. Estou convencido que semelhantes faltas não se reproduzirão mais, uma vez que sobre este e outros assumptos tenho já tomado providencias que removerão entre outros inconvenientes, o de não apresentar a es-

tatística dos crimes e dos trabalhos judicarios ao Presidente do Estado.

E' bem de ver que não envolvo nestas considerações outro intuito que o de acatar a lei, sem laivo de censura, principalmente quando não desconheço que a maioria dos actuaes promotores só assumiram o exercicio de seus cargos ha pouco mais de mez. Juntando os minuciosos e reflectidos relatorios dos promotores desta Capital, das comarcas de Itabapoana e Alegre é meu empenho não só render-lhes um preito de homenagem e manifestar-lhes o meu agradecimento, como tambem solicitar a V. Exa. digne-se tomar na devida consideração as medidas por elles lembradas.

Permitta V. Exa. que, annexando tambem a este relatorio o do Promotor da Justiça da Capital e o que foi apresentado o anno passado, desperte para elles a attenção de V. Exa., taes são as medidas suggeridas no substancioso trabalho, pedindo outrosim a devolução de todos os relatorios em original e que se acham nos annexos, afim de serem convenientemente archivados na Secretaria da Côrte de Justiça.

LEI N. 516 DE 21 DE DEZEMBRO DE 1907

Releve V. Exa. que exponha succintamente algumas das mais salientes faltas e defeitos de nossa reforma judiciaria que, no meu conceito, não corresponde as normas da mais severa e fiel obediência á lei, nem são de molde a melhorar a administração da Justiça, certo de que outros intuitos não me levam a ditar estas linhas si não concorrer apenas com o meu fraco esforço para que

a nossa legislação possa melhor corresponder ao direito e á Justiça, da qual deve ser fiel traducção.

Sou dos que pensão que a quebra da unidade da magistratura, trazendo o consequente rompimento da unidade da legislação, é ainda um erro reparavel, pois que, pela Carta Constitucional, cada Estado ficou com o direito de adoptar o seu *systema* de processo; mas, por isso mesmo que nos ficou o direito de regular o processo e instituir a magistratura, devemos possuil-os em moldes mais aproveitaveis á *communhão* social, fortalecendo-se, respeitando-se e prestigiando-se o poder judiciario.

O dec. n. 15 de 3 de Agosto de 1892 que deu regulamento ao processo civil, criminal e orphanologico do Estado por não corresponder bem ás exigencias de uma lei processual, já em outras administrações foi objecto de reforma nomeando-se comissão para estudal-o e ainda agora, pende de assiduo estudo de um dos mais illustrados magistrados do Estado a confecção de um novo regulamento do nosso processo para ser submettido á apreciação do Congresso. Sem, pois, entrar nas omisões verificadas todos os dias no Dec. n. 15, limito as minhas despretenciosas ponderações á Lei n. 516 de 21 de Dezembro de 1907, que reformou a Organização Judiciaria contida na lei n. 7 de 28 de Junho de 1892.

O legislador estadual, *data venia*, não attendeu bem á importancia do poder judiciario, que é o orgão mais proeminente da acção politica do Estado, com attribuições privativas e independentes e com uma esphera de acção muito distincta dos demais orgãos (Constituição do Estado arts. 67 e 32).

E' assim que a lei citada da recente reforma judiciaria determinou no seu art. 7, que haverá na Capital,

alem da Corte de Justiça, um Tribunal Especial que será composto dos 2 Ministros mais antigos da Corte de Justiça e de 3 deputados estadoaes (art. 13), competindo-lhes julgar os Ministros da Corte de Justiça nos crimes funcçionaes e connexos com estes, (art. 123). Penso que a criação de um Tribunal Especial e as attribuições que se lhe conferem são incompatíveis com as disposições constitucionaes que estabeleceram completa independencia ao poder Judiciario, nem se coaduna isso com o regimen republicano que adoptámos. A inconstitucionalidade da criação deste Tribunal é manifesta e a pratica tem demonstrado, pois que até hoje o Tribunal Especial não se reuniu nem ao menos para confeccionar o seu regulamento interno, e nem é crível que subsista alem da proxima reunião do Congresso, pois basta considerar que compondo-se de 5 membros, 3 destes são deputados estadoaes, diplomados em direito eleitos pelo Congresso, estabelecendo assim Juizes diferentes para julgar os magistrados. Accresce que estes membros do Tribunal Especial serão substituidos pelo deputado estadual mais votado na eleição popular e successivamente pelos immediatos na ordem da votação (art. 97), não estabelecendo si diplomados ou não.

— Os juizes districtaes creados pela lei em questão para substituirem os juizes de direito não correspondem aos intuitos desta mesma lei, que é a garantia dos direitos individuaes, pois são entidades, com excepções, meramente politicas e dependentes.

Melhor avisado andou o legislador de 1892 dando attribuição á Corte de Justiça para nomear os supplentes dos juizes de direito, recaindo as nomeações em homens de valor pelo seu saber, pela sua estima, prestigio, for-

tuna e consideração nos municipios, precedendo indicação dos respectivos Juizes de Direito e por isso mesmo inspirando mais confiança ás partes que litigão em juizo.

A disposição do art. 118 §§ 1, 2 e 3 da mencionada lei do modo porque está redigida difficulta extraordinariamente a acção da Justiça pelos impedimentos que estabelece, quanto ao juiz de qualquer cathegoria.

Diz o artigo 118, § 1º :— « Si na causa se tratar de direitos seus ou de pessoas a si ou á sua mulher ligados por parentesco *consaguineo ou affin na linha recta em todos OS GRAUS e na collectoral* ATÉ O 6º GRÃO ; » — e maior é o impedimento opposto no § 3 quando prohibe o Juiz de funcionar no feito — « si tiver para com o ADVOGADO, SOLICITADOR ou PROCURADOR de alguma das partes na relação dos §§ 1º e 2º ».

Parece-me que a incompatibilidade do juiz de qualquer instancia pôde ficar adstricta aos ascendentes, descendentes até o 2º grão por direito civil, irmãos ou cunhados durante o cunhadio.

— Parece-me tambem que a disposição do art. 103 carece de reforma para obviar difficuldades, tornando menos demorado o julgamento do feito e deixando de onerar o cofre do Estado com a gratificação diaria a que tem direito os promotores de fóra da Capital quando tenham de substituir o Procurador no caso de impedimento em algum feito. Entendo que verificada esta hypothese e sendo ao mesmo tempo impedido o promotor effectivo da Capital, o Procurador Geral pode ser substituido pelo bacharel residente na Capital, nomeado ad-hoc pelo Ministro relator do feito.

No limitado espaço de tempo que me é dado para

apresentar este relatório, são estas as lacunas e medidas que me cumpre suggerir.

CUSTAS JUDICIARIAS

O já longo prazo de quasi 14 annos de serviço á magistratura do Estado habilitão-me ponderar á V.Exa. que de ha muito murmura-se contra as enormes despesas que acarretam os letigios forenses.

O imposto de letigio de que trata a lei n. 364 de 20 de Novembro de 1900 pode-se considerar uma contribuição pesada por isso que vem onerar o contribuinte precisamente quando elle se vê á braços com a despeza de seu direito por ventura postergado, precisando de recursos para garantil-o nos tribunaes. O regulamento que baixou com o dec. n. 59 de 22 de Maio de 1896 e que se refere as porcentagens e custas pertencentes ao Estado e aos funcionarios do fôro em geral, necessita de prompta remodelação, de maneira a diminuir em alguns pontos o exagero d'ellas.

REGISTRO CIVIL

Bem deploravel, na grande maioria dos districtos do Estado, é a execução dos Decretos n. 9886 de 7 de Março de 1888, que estabeleceu o registro civil dos nascimentos e obitos e n. 181 de 24 de Janeiro de 1890 concernente aos actos do casamento civil.

Os cartorios e livros referentes a factos tão importantes da vida humana vivem entregues, peza-me dizer, á desidia dos respectivos funcionarios, accrescido este grande mal com o abandono e a ignorancia de uns, com

a má vontade de outros e com os embaraços oppostos por causas diversas.

Os officiaes do registro civil de nascimentos, casamentos e obitos, a despeito das reiteradas determinações da repartição de Estatística Civil, das autoridades do Estado, muitos d'elles não observão, nem cumprem os dispositivos dos decretos citados nos assentos que fazem nos livros ou fazem-n'os incompletamente, com grave damno para a sociedade e menos ainda se incommodão que a população de seus districtos venhão observar a lei fazendo vêr, por editaes ou por outros meios ao seu alcance, a necessidade do registro e a pena que é imposta aos que a transgridem.

Desde que, como base para a Estatística e para a Demographia sanitaria, se instituiu o registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, ficou logo assentado que só a prova resultante dos livros de assentos dos officiaes do registro seria a unica aceitavel para os factos importantes da vida civil e por isso cumpre fazer sentir-se que é indispensavel o registro civil dos nascimentos e obitos, não só porque a lei o impõe, como ainda porque na forma do art. 1º do Dec. n. 9886 cit., elle é o unico que por si só, sem outro adminiculo de prova, pode certificar os alludidos factos. Quanto ao casamento civil, contra o qual ainda permanece, embora em pequena escala, a crença de sua illegitimidade, lembro a conveniencia de, a par da gratuidade das custas e sellos já determinada em lei, se faculte aos promotores, fiscal da execução das leis, a attribuição de requerer e promover gratuitamente o preparo e habilitação do casamento, quando os nubentes forem reconhecidamente pobres, evitando-se

assim que estes constituam familia illegitima, com prejuizo da prole e do direito de successão.

JURY

Com a vigente reforma da organisação judiciaria do Estado foi elevado para 32 o numero de juizes de facto e o seu conselho de sentença para 8. Pela resolução n. 9 de 6 de Março deste anno a Egregia Côrte de Justiça decidio que enquanto não fosse publicado o decreto do Presidente do Estado regulando o alistamento dos juizes de facto e o funcionamento do Jury, permaneceriam em inteiro vigor e se regulassem os Juizes pela parte 2ª do Dec. n. 15 de 3 de Agosto de 1892 e pela Secção 2ª do tit. III da lei n. 7 de 28 de Junho do mesmo anno.

— Reputo um grande inconveniente a exclusão dos membros do Congresso Legislativo do Estado, durante as funcções respectivas, dos trabalhos do Jury, bem como dos professores publicos, (art. 33 §§ 3 e 7 do Dec. n. 516) dotados como são de pratica e de conhecimentos para exercerem tão honroso mandato. Os representantes do Estado no Congresso tem epocha de trabalhar e os professores podem ser substituidos, sem prejuizo de suas vantagens, por quem de direito, e de outro modo seria onerar mais as outras classes que soffrem mais directamente prejuizos em seus interesses. Demais, o presidente do Tribunal do Jury tem a faculdade de attender a requisição de dispensa do jurado, uma vez que o seu superior hierarchico justifique a necessidade de sua presença no estabelecimento de instrucção.

Tenho sciencia que em todas as comarcas a instituição do jury tem funcionado regularmente, embora as suas sessões se realizem em muitos municipios em pessimo local, em edificios ante-hygienicos e que não se prestão ao fim a que se destinão. Na comarca de Linhares o Juiz de Direito não dispõe de edificio e mobiliario necessarios para fazer funcionar o Tribunal do Jury, empenhando-se entretanto, em obtel-os por emprestimo para a proxima sessão.

Na propria Capital não havia edificio proprio, nem mobiliario para as sessões do Jury e, mesmo agora, com o accrescimo dos juizes de facto, o edificio do Forum não corresponde com a dignidade de tão respeitavel Tribunal, nem a humilde mobilia que alli se encontra satisfaz a commodidade das autoridades, jurados e testemunhas, bastando dizer que não existe no edificio alludido uma sala para o conselho de sentença, nem ha compartimento para serem recolhidas as testemunhas do processo em julgamento.

São, como se vê, providencias que não podem ser adiadas.

CADEIA CIVIL

« Continúa a cadeia civil sem poder preencher os diversos fins a que se destina e destituída de um regulamento que uniformise as exigencias e o serviço de estabelecimentos desta ordem.

« O Codigo Penal de 11 de Outubro de 1890, accetando as theorias de Crofton, estabeleceu para o cumprimento de pena 4 periodos de progressão, do maior para o menor rigor, durante os quaes, na ordem em

que se succedem, o condemnado é submettido á prisão cellular com isolamento completo, á prisão com trabalho em commum durante o dia, e segregação nocturna, á prisão com trabalho obrigatorio em penitenciaria agricola, e, finalmente, ao livramento condiccional, sob vigilancia da policia ».

O edificio utilizado para esse fim não satisfaz as exigencias definidas no livro I titulo 5º doCodigo Penal em referencia a pena de prisão cellular com isolamento, base primordial do systema adoptado, convindo adaptal-o ao systema pensylvanico que é o communmente acceito. Infelizmente neste Estado nenhum dos systemas referidos são adoptados, pois que os presos cumprem a pena em plena liberdade e posso dar testemunho do quanto allega em seu interessante relatorio o talentoso promotor desta Capital.

Por occasião de presidir uma das sessões do Jury desta Capital varios jurados que compunhão o conselho de sentença reclamaram contra a liberdade dos presos condemnados, allegando não se julgarem sufficientemente garantidos, nem poderem proferir o seu voto em sã consciencia pelo receio de possivel desrespeito da parte do condemnado, uma vez que continuava este, apoz o seu julgamento, francamente solto pelas ruas desta cidade.

Não encareço a necessidade de pôr cobro a tamanha irregularidade que só pode depor contra os fóros de uma Capital.

Já tive oportunidade de visitar a cadeia civil da Capital, onde poucos reclusos encontrei, estando, porem, todos os compartimentos regularmente acciados e notando que a alimentação dada aos presos estava de accordo

com as clausulas do contracto firmado pelo contractante na Secretaria da Policia.

FACTOS DIVERSOS

Já é do dominio publico o facto sensaccional occorrido na comarca de Benevente e que impressionou a sua população desde Abril de 1901, quando desappareceu Pedro Bertholi, attribuindo-se este facto ao seu assassinato. Todos os indicios e presumpções se concatenaram para accusar-se a familia de José Ferreira da Silva como autora do barbaro crime. Iniciado o processo, feita a prova e pronunciados os suppostos autores do hediondo crime, foram alguns delles condemnados pelo Jury em sua ultima reunião.

Acontece, porém, que ha pouco mais de 1 mez, apresenta-se a supposta victima ás autoridades de Benevente, ficando constatado que effectivamente se tratava da pessoa de Pedro Bertholi, não restando duvidas quanto a sua identidade. Segundo informações que me foram dadas, já se trata de, em processo regular, rehabilitar-se os innocentes.

—Um outro facto de não menor relevancia é o do provavel envenenamento de um individuo que se achava enfermo na povoação da Barra de Itapemirim, segundo as informações telegraphicas do digno promotor da Justiça da comarca de Itapemirim. Em virtude da requisição que me fez esta autoridade e de accordo com a autorisação dada por V. Exa. tive de ordenar a exhumação do cadaver e consequente exame das visceras por peritos profissionaes e remessa de relatorio minucioso, afim de se apurar a verdade do facto.

Releva notar que para levar-se a effeito este serviço muito concorreram V. Exa. e o digno Director de Hygiene, com quem combinei as providencias autorisadas e aguardo a solução do exame e o relatorio do meu digno auxiliar para de tudo levar ao conhecimento de V. Exa.

Em tempo opportuno levei ao conhecimento de V. Exa. que na acção ordinaria de nullidade do contracto celebrado entre o governo do Estado e Mauricio Isralson e da lei que o approvou proposta pela Societé Minière e Industrielle Franco Bresilienne perante o Juiz Federal desta Secção contra o Estado do Espirito-Santo foi pelo respectivo Juiz decretada a nullidade de todo o processo pelos fundamentos constantes da respeitavel sentença.

— Em virtude de um protesto judicial proposto pela Exma. Snra. D. Maria Leopoldina Ribeiro contra o Estado do Espirito Santo determinei que se procedesse a uma vistoria tambem judicial no predio que fazia o objecto do alludido protesto, afim de salvaguardar os interesses da fazenda do Estado. Os laudos proferidos por peritos profissionaes no exame requerido foram inteiramente favoraveis ao Estado.

CONCLUSÃO

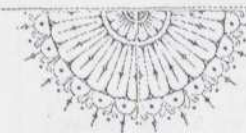
Terminando o insignificante trabalho que submetto a apreciação de V. Exa. e que não é completo nem perfeito pela escassez de tempo e por não saber ou poder fazer melhor, formulo votos sinceros para que V. Exa. tenha a ventura de realisar as reformas que hão de no-

bilitar-o perante os seus concidadãos, e que o actual periodo governamental seja uma verdadeira plethora de beneficios ao Estado do Espirito Santo e ao povo que tanto confia no patriotismo e nas luzes de V. Exa.

Victoria, 14 de Agosto de 1908.

O PROCURADOR GERAL INTERINO

José Espindula Batalha Ribeiro.



ANNEXO N. 1

PARTE JUDICIARIA

Durante o anno a que se refere este relatório (1907) entraram na Secretaria 45 feitos, inclusive 11 Habeas-Corpus, sendo:

APPELLAÇÕES CRIMINAES

Guarapary	1
Itabapoana	3
Capital	1
Guandú	2
Santa Leopoldina	2
Benevente	2
Vianna	1
São Matheus	1
Linhares	1
Itapemirim	1
Rio Pardo	1

APPELLAÇÕES CIVEIS

Capital	7
Benevente	2
Santa Cruz	2
Itapemirim	1
São Matheus	3

Foram distribuidos 33 feitos, a saber:

Appellações criminaes	20
Appellações civeis	13

No numero dos feitos estão comprehendidas 1 appellação crime que, tendo tido entrada em 21 de Dezembro de 1906, só foi distribuida a 25 de Janeiro, e 2 appellações civeis que deram entrada uma a 20 e outra a 28 de Novembro do mesmo anno de 1906 e que só foram distribuidas a 25 de Janeiro.

Ficaram dependentes de distribuição 4 appellações civeis.

Foram proferidos pelo Tribunal durante o anno 51 Accordãos, nos seguintes feitos:

Recurso crime	1
Habeas-corpus	11
Denuncia	1
Representações	2
Appellações criminaes	22
Appellações civeis	13
Embargos ao Accordão	1

RECURSO CRIME

Dando provimento para annullar o processo	1
---	---

HABEAS-CORPUS

Concedendo	0
Negando	1
Prejudicados	1

DENUNCIA

Não recebendo	1
---------------	---

REPRESENTAÇÕES

Julgando prejudicadas	2
-----------------------	---

APPELLAÇÕES CRIMINAES

Dando provimento para annullar o plenario	8
Negando provimento	2
Dando provimento para absolver o appellaute	2
Convertendo o julgamento em diligencia	4
Não tomando conhecimento	2
Dando provimento para annullar o summario	3
Dando provimento para annullar o summario em parte	1

APPELLAÇÕES CIVEIS

Convertendo o julgamento em diligencia	7
Dando provimento para reformar a sentença	1
Dando provimento para annullar o processo	2
Negando provimento	2
Não tomando conhecimento	1

EMBARGOS AO ACCORDÃO

Despresando	1
-------------	---

EXPEDIENTE

Resoluções do Sr. Dr. Procurador Geral	12
Offícios expedidos pelo Sr. Dr. Procurador Geral	22
Circulares expedidas pelo Sr. Dr. Procurador Geral	2
Requerimentos despachados pelo Sr. Dr. Procurador Geral	7
Titulos expedidos pelo Sr. Dr. Procurador Geral	3
Portarias de licenças concedidas pelo Sr. Dr. Procurador Geral	5

Secretaria da Corte de Justiça, Victoria, 1.º de Agosto de 1908.
— O 2.º Official, Manuel Pinto Dongremon.

ANNEXO N. 2

RELAÇÃO das appellações que foram distribuidas ao Exmo. Sr. Dr. José Espindula Batalha Ribeiro, Procurador Geral interino

Appellações	Numeros	COMARCAS
Civel	401	São Matheus
"	446	"
"	452	Cachoeiro de Itapemirim
"	422	Itapemirim
"	442	Capital
"	448	Santa Cruz
"	414	"
"	330	Vianna
"	470	Guarapary
"	455	Benevente
"	418	Itabapoana
"	407	S. Matheus
"	445	Vianna
"	405	Benevente
"	404	Vianna
"	408	Guarapary
"	447	"
"	406	Capital
"	449	Benevente
"	437	"
"	426	Guarapary
"	395	Vianna
"	435	Itapemirim
"	450	"
"	400	Itabapoana
Crime	437	Benevente
"	400	Vianna
"	436	Guandú
"	348	Benevente
"	428	Itapemirim
"	431	Santa Leopoldina
"	370	"
"	408	Serra
"	420	Itabapoana
"	416	Capital
"	423	S. Matheus
"	385	Benevente
"	418	Guandú
"	429	Benevente
"	409	Capital
"	424	Vianna
"	311	Capital
"	394	S. Matheus
"	383	Santa Cruz
"	402	Serra
"	411	S. Matheus
"	434	Alegre
"	438	S. Matheus
"	435	Alegre
"	439	Benevente
"	440	"
"	421	Santa Leopoldina
"	427	Linhares
"	375	Guandú
"	432	Capital
"	407	Santa Leopoldina
"	408	Serra
Recurso crime	22	Santa Cruz
"	66	Vianna
"	67	Itapemirim
"	65	Capital

Victoria, 13 de Agosto de 1908. — O Escrivão, JELIO GOMES.

ANEXO N. 3

Processos de habeas-corpus que tiveram parecer do Procurador Geral Interino do Estado.

N.ºs:	PACIENTES	Impetrantes	DATA DO JULGAMENTO	OBSERVAÇÃO
62	João Pinto dos Santos Neves	O mesmo M ^{te} . C. Linhares	9 de Junho	Conc. o <i>habeas corpus</i>
67	Antonio Cezar do Nascimento		21 de Julho	Negado
69	Seraphim Seraphine		4 de Agosto	Concedido
70	Antonio Cezar do Nascimento		7 de Agosto	Concedido

Secretaria da Corte de Justiça, Victoria, 14 de Agosto de 1908.

João de Souza Magalhães, 1º Official.

ANNEXO N. 4

Processos de habilitação nos cargos de Tabellião e Escrivão e de Contador e Partidor, nos quaes deu parecer o
Snr. Dr. Procurador Geral interino do Estado

Ns.	PRETENDENTES	OFFICIOS	DESPACHOS
1	Manoel Francisco de Mello Baubos	Tabellião e escrivão da Villa do Riacho	Deferido em sessão de 10 de Julho
2	Antonio José de Faria	Tabellião de Notas do districto de S. Miguel do Veado	Indeferido em sessão de 21 de Julho
3	Manoel Gomes Pereira de Moraes	Tabellião de notas do districto da Valla do Souza	Deferido em sessão de 21 de Julho
4	Adhemar Vieira da Cunha	Tabellião e escrivão do municipio do Espirito Santo do Rio Pardo	Deferido em sessão de 7 de Agosto
Ns.	PRETENDENTES	OFFICIOS	DESPACHOS
1	José Roberto de Moraes	Contador e Partidor do comarea do Rio Pardo	Indeferido em sessão de 31 de Julho
2	Virginio Pinto Ribeiro	Contador e Partidor da comarea da Serra	Deferido em sessão de 10 de Julho
3	Theodomiro Pereira Pinto	Contador e Partidor da comarea da Serra	Prejudicado em sessão de 31 de Julho

OBSERVAÇÃO

Alem dos processos acima declarados, existe um de habilitação do dr. José Carlos de Sá Filho, ao cargo de Juiz de Direito, no qual o sr. Dr. Procurador Geral interino do Estado emittiu seu parecer.

Secretaria da Corte de Justiça, Victoria, 14 de Agosto de 1908.

João de Souza Magalhães, 1º Official.

ANNEXO N. 5

Promotores da Justiça das comarcas do Estado do Espirito Santo

Ns.	NOMES	COMARCAS	Datas das nomeações	Data do exercício	OBSERVAÇÕES
1	Bacharel Americo Ribeiro Coelho	Capital	26 de Novembro de 1906	2 de Janeiro de 1907	Não assumio ainda o exercicio
2	" José de Barros Dantas da Gama	Serra	15 de Junho de 1908		
3	" Astolpho Virgilio Lobo	Guarapary	13 de Março de 1908	30 de Abril de 1908	
4	" Aristoteles Solano Carneiro da Cunha	Benevente	8 de Junho de 1908	7 de Julho de 1908	Não assumio ainda o exercicio
5	" Mario Bevilacqua	Cachoeiro de Itapemirim	15 de Junho de 1908		
6	" Samuel Nestor Madruga Costa	Guandú	16 de Junho de 1908		
7	" Francisco Teixeira Lima	São Mathheus	20 de Junho de 1908	13 de Julho de 1908	Idem Idem
8	" José Pereira Guimarães Filho	Alegre	15 de Janeiro de 1908	12 de Fevereiro de 1908	
9	" Cristiano Vieira de Andrade	Itabaponga	5 de Maio de 1905	15 de Maio de 1908	
10	" Julio Ribeiro de Castro	Rio Pardo	20 de Junho de 1908	16 de Julho de 1908	Não assumio ainda o exercicio
11	Academico Americo Salgueiro Antran	Santa Cruz	27 de Março de 1908	4 de Maio de 1908	
12	" José Vicente de Sá	Viana	25 de Junho de 1908		
13	" Alarico d Freitas	Santa Leopoldina	21 de Junho de 1907	22 de Julho de 1907	
14	" Celso Calmon Nogueira da Gama	Itapemirim	26 de Janeiro de 1907	1º de Fevereiro de 1907	
15	" Francisco de Vasconcellos P. Costa	Linhares	15 de Junho de 1908	7 de Julho de 1908	

Secretaria da Corte de Justiça, Victoria, 1º de Agosto de 1908.

Manoel Pinto Dangremon, 2º. Official.

ANEXO N. 6

RELATORIO apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Procurador Geral do Estado do Espirito Santo pelo Promotor de Justiça da Comarca da Capital,

Exm. Snr. Procurador Geral do Estado

Em obediencia á disposição do art. 231 da Lei n. 516 de 21 de Dezembro de 1907, venho apresentar á V. Ex. o meu Relatorio referente aos trabalhos Judiciarios do 1º semestre do corrente anno.

A Lei da Reforma Judiciaria estabelecendo para os Promotores a obrigação de enviarem semestralmente ao Procurador Geral do Estado a estatistica dos Crimes e dos trabalhos Judiciarios de sua comarca, medida, aliás, de uma utilidade incontestavel, não estabeleceu um mappa, pelo qual se moldassem os enviados pelos Promotores, como o fazem outras organizações Judiciarias, de modo a uniformisal-os e evitar as deficiencias.

Sempre julguei indispensavel o que a lei hoje exige e tanto assim que, apesar de não existir esta obrigação, em janeiro do corrente anno enviei ao então Procurador Geral meu Relatorio.

Os motivos que me fizeram proceder desta maneira ainda persistem, apesar de novos moldes estabelecidos em todos os ramos da Administração Publica.

Hoje, como então, eu poderei dizer que o systema penitenciario desta cidade é uma verdadeira antithese de qualquer dos systemas penitenciarios conhecidos. Com

effeito: qualquer que seja o systema penitenciario a adoptar-se, o que o systema penitenciario requer é o seguinte: com a restricção da liberdade pessoal, a *separação* e a *instrução*, podendo esta ser encarada sob 3 aspectos: litteraria, religiosa e profissional ou technica.

Nesta Capital os presos andam em plena liberdade pelas ruas, reunidos em grupos, promovendo desordens, quando não se acham a serviço de alguma autoridade.

E' afrontoso para a sociedade ou aviltante para a dignidade humana!

Poderia repetir quasi todos os factos apontados no ultimo relatorio, porque quasi todos se repetiram durante este semestre; os jornaes noticiaram os disturbios promovidos pelos presos no largo Santa Luzia, e a fuga de um dos detentos e a sua consequente captura. E' encarregado da conservação do jardim da Praça do Palacio um sentenciado, o mesmo que no anno passado se apresentou no cartorio do registo de obitos para registar o fallecimento de um filho de um anno de idade, nascido e fallecido em sua residencia, rua da Varzea, quando elle cumpria sentença, havia 6 annos!

Nestas condições como cumprir, desassombradamente o seu dever, os jurados, o Promotor, o Juiz de Direito?

— Não pôde ser effectuada a reunião do Tribunal do Jury nos prazos determinados pela lei. Uma consulta feita pelo 1º Supplente em exercicio das Váras de Direito desta Capital dirigida á Corte de Justiça retardou a convocação, havendo apenas no semestre uma Sessão, que, na falta de Juiz togado, foi presidida pelo Dr. Juiz de Direito de Vianna.

A regularidade do funcionamento do Jury, resta-

belecida por V. Ex. quando em exercício, tem surtido os melhores effeitos: os Jurados com o habito de julgar, têm-se mostrado inflexiveis, rigorosos e justos, e a condemnação de todos os réos na ultima sessão demonstra cabalmente esta asserção.

— A sala em que actualmente se celebram as sessões do Jury não satisfaz o fim para que foi destinada.

Si bem que com a sua aquisição se tenha melhorado consideravelmente o que então existia, todavia já se nota a sua exiguidade e com a approvação do Congresso, doCodigo do Processo, o qual regulamentando o alistamento e o funcionamento do Jury, virá alterar, de accordo com o artigo 22 da Lei n. 516, o numero de jurados, elevando-o a 32, tornar-se-á impossivel a reunião dos jurados na sala actual.

— Tendo esta promotoria instaurado processos crimes contra Luiz Gastão Guaraná, e Joaquim Lyrio do Nascimento, pelo crime de defloramento, iniciou-os de accôrdo com o art. 335 n. II do Dec. n. 15, que é o nosso Codigo Processual, por queixa.

Tendo sido um processo annullado e outro julgado improcedente, recorreu esta promotoria para a Corte de Justiça, provocando dest'arte o *veredictum* da Corte sobre assumpto de tanta magnitude como o de se saber por qual dos modos se deve iniciar o processo crime, dado o caso de miserabilidade da parte offendida: por queixa ou por denuncia? A Egregia Corte annullou *ab initio* ambas os processos e igual destino terão outros, surprehendidos pela Jurisprudencia da Corte de Justiça.

— Não se tem observado a exigencia da nova lei da Reforma Judiciaria acerca da residencia obrigatoria dos serventuarios da Justiça e dos Juizes districtaes no

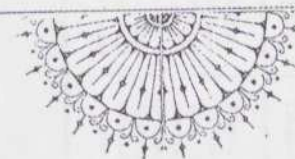
lugar da séde do cargo e nos respectivos districtos. Por emquanto ainda não houve caso que reclamasse a presença immediata de taes funcionarios; mas, não só por ser uma exigencia legal, com sancção penal severa para a sua infracção, como para se evitar demora em actos urgentes, era que deveria cumprir ou fazer cumprir a disposição do art. 224 e seus §§ da lei n. 516.

— Na Curadoria de Orphãos e Auzentes e na Promotoria de Residuos o movimento tem consistido em pareceres e algumas arrecadações.

Victoria, 3 de Agosto de 1908.

Americo Ribeiro Coelho

Promotor da Justiça da Comarca da Capital.



QUADRO demonstrativo dos trabalhos da Promotoria da Capital durante o primeiro semestre de 1908

DATA DA DENUNCIA	NOMES DOS RÉOS	NATURALID. ^e	IDADE	ESTADO	Sabe ler e escrever?	DATA DA PRONUNCIA	SENTENÇA	OBSERVAÇÕES
13 de Janeiro	Joaquim Augusto Martins	Brasileiro	27 annos	Solteiro	Sim	7 de Fevereiro	Condemnado pelo Jury. — par. min. § unico, art. 304	Denunciado art. 208; depende de pronuncia Ficou adiado o julgamento para a 1. ^a sessão do Jury Absolvido pelo 1. ^o supplente. Denunciado art. 297 Já foi encerrado o sumario de culpa. (Art. 297) Depende de despacho de pronuncia. (Art. 297) Denunciada como incura no art. 297.
9 de Março	Theodomiro Siz ^e dos Santos	Brasileiro	28 annos	Casado	Sim	27 de Março	" " " " " medio § 2. ^o , art. 294	
9 de Março	Orozino Pinto Francisco	Brasileiro	21 annos	Solteiro	Não	11 de Abril		
18 de Março	Manoel Joaquim Ezebio	Portuguez	25 annos	Solteiro	Não			
22 de Abril	Belchior de Moraes	Brasileiro	22 annos	Solteiro	Sim	6 de Julho		
2 de Junho	Manoel Anhuys de Siqueira	Brasileiro	17 annos	Solteiro	Não			
15 de Junho	Ozorio Ignacio Rodrigues	Brasileiro	16 annos	Solteiro	Sim			
20 de Junho	Adelina Santos Pinto	Brasileira	28 annos	Casada	Sim			

AMÉRICO RIBEIRO COELHO—*Promotor da Justiça.*

Victoria, 3 de Agosto de 1908.

ANNEXO N. 7

RELATORIO offerecido pelo Snr. Dr. Promotor
da Justiça

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado

Em cumprimento á obrigação que compete aos Promotores da Justiça de apresentar annualmente seus relatorios e os mappas dos seus trabalhos, venho trazer ao conhecimento de V. Ex. o movimento do fôro criminal desta comarca, durante o anno findo de 1907.

Tendo assumido o exercicio de Promotor da Justiça no dia 20 de Janeiro do anno passado, apenas me auzentei durante 9 dias, em goso da licença de 15 dias que me foi concedida em 12 de Julho, para tratamento da saude, desistindo do resto da licença e reassumindo o exercicio das funcções, a 21 do mesmo mez.

— Apesar da preocupação de dar o mais rapido andamento aos processos instaurados este anno, não descurei dos processos instaurados anteriormente, requerendo as medidas devidas.

Dentre os processos antigos, que os incidentes se têm encarregado de fazer voltar novamente á discussão, figura o de André Avelino. Denunciado André Avelino, em 4 de Fevereiro de 1898, a quem se imputava o uxoricidio elle se evadiu, e, com a sua evasão, ficou o processo parado, até que tendo, na Capital Federal, em

fins de Outubro do anno passado, um guarda civil de nome Andre Avelino do Sacramento, declarado em uma roda de amigos, ter assassinado sua mulher, neste Estado, teve elle novamente o devido andamento. Levado ao conhecimento do Dr. 2º Delegado Auxiliar do Districto Federal as declarações feitas por André Avelino, trocadas as informações com o Desembargador Chefe de Policia deste Estado, ficou resolvido enviar-se o referido individuo para este Estado, afim de contra elle proceder-se criminalmente. Mas aqui chegado, procedendo-se a uma justificação, afim de se determinar a identidade, todas as testemunhas que conheciam o individuo que em Fevereiro de 1898 assassinára a mulher, declararam que o individuo que se achava presente não era o assassino, porquanto este era de cor preta, ao passo que o outro era branco. Em vista desta divergencia, requeri que, a favor do ex-guarda civil, fosse expedido alvará de soltura, e que fossem inquiridas as ultimas testemunhas arroladas na denuncia.

— Folgo em communicar a V. Ex. que já se acha restabelecida a periodicidade das reuniões do Tribunal do Jury.

Este popular Tribunal vinha sendo, ha algum tempo, desprestigiado pelo seu completo desaparecimento. Esta anormalidade redundava em desprestigio e serio prejuizo para a Justiça.

Tendo assumido o exercicio de Promotor da Justiça em Janeiro, não me foi possivel providenciar afim de que fosse a 1ª reunião do Tribunal do Jury neste mez; procedendo-se porém, ao sorteio dos Jurados e a Revisão, ficando assentada a sua proxima reunião no mez de Junho. Dahi em diante, as reuniões se effectuaram sem-

pre com o intervallo de 3 mezes, conforme determina o Dec. n. 15 de 3 de Agosto de 1892.

Na proxima revisão dos Jurados, procurarei empregar o maximo esforço no sentido de excluir os que, apesar de terem as qualidades exigidas para serem eleitores, não as possuem para se virem como juizes de facto.

— O Tribunal do Jury acha-se hoje, decentemente installado, em sala apropriada no edificio do Forum, para a consecução deste *desideratum*, muito devemos a boa vontade do Exmo. Snr. Presidente do Estado que mandou executar com toda a brevidade todos os trabalhos necessarios.

— Digno de lastima é o nosso systema penitenciario. Em parte alguma onde tenha penetrado um pouco de civilização, existe um systema igual.

Os presos cumprem sentença nas ruas da cidade, nas praças, a serviço de alguma autoridade, por toda a parte, enfim, afrontando a sociedade e a Justiça!

Todos os systemas penitenciarios conhecidos assentam na applicação da pena typica entre as penas privativas da liberdade pessoal — a prisão cellular. Pois bem, no systema penitenciario nesta Capital, a prisão cellular é pena que não se conhece!

O mais antigo de todos os systemas penitenciarios é o chamado Pensylvanico, é o mais rudimentar e consiste no isolamento completo, absoluto, moral e material do criminoso na cellula.

Acompanhando a sua evolução, verificamos que os systemas penitenciarios vão pouco a pouco modificando-se no sentido de tornar mais suave a pena e attendendo a um dos principaes effeitos da lei — a corrigibilidade. E' assim que vemos a cellula actual differir da cellula

antiga, porquanto si esta consiste no isolamento cellular, a cellula actual consiste na reparação individual. Na phrase de Ferri, a cellula antiga é um tumulto de vivos; ao passo que o systema cellular moderno não inibe, apesar de os criminosos se acharem separados, que estes estejam aproximados dos elementos bons, do Director da Penitenciaria, dos Guardas, e especialmente dos membros das Sociedades de Patronato, que visam não só a regeneração, como a protecção dos criminosos.

O systema penitenciario mais moderno é o chamado Progressivo ou Irlandez, que é um aperfeiçoamento do systema Auburniano e uma modificação do systema da servidão penal Inglesa, modificação esta proposta por Sir Walter Crofton e introduzida neste ultimo systema. No systema Irlandez ha 4 periodos que se succedem, sem passagens bruscas: — 1.º periodo: — Exclusivamente cellular; 2.º Isolamento cellular á noite, com trabalho em commum durante o dia; 3.º quasi liberdade; 4.º e ultimo, livramento condicional.

Mas, qualquer que seja o systema penitenciario a adoptar-se, o que o systema ideal requer é o seguinte: — com a restricção da liberdade pessoal, a *separação* e a *instrução*, podendo esta ser encarada sob 3 aspectos: — litteraria, religiosa e profissional ou technica.

Mas nesta Capital, o systema penitenciario é uma verdadeira antithese a qualquer dos systemas apontados. A base dos systemas é a liberdade dos criminosos. Ajudam praças, exercem os officios de lavadores de casas, aguadeiros, desacompanhados de qualquer soldados, ou quando são acompanhados de praças, é para que o trabalhando sob sua égide, sejam afastados os concurrentes.

No mez de Outubro proximo passado compareceu no

Cartorio do Registro de Obitos, o sentenciado que trabalha no ajardinamento da praça do Palacio, afim de *registrar o obito de um seu filho, de um anno de idade, fallecido NA GASA DE SUA RESIDENCIA, á ladeira da Varzea !!!* E isto em presença do Dr. Juiz das Execuções Criminaes, que o mandou recolher á prisão, acompanhado de um official de Justiça; este official pouco tempo depois o encontrou na rua!

Comprehende-se perfeitamente que, nestas condições, para acusar um criminoso ou condemnal-o é preciso uma extraordinaria abnegação, é sacrificar-se muito ao cumprimento de um dever, o que aliás nada seria demais, si não houvesse um meio facilimo para conjurar tal perigo.

Foi por isto que deixei de fazer as visitas mensaes á Cadeia Civil, obrigação de que não pretendia descurar, mas a que as circumstancias me obrigaram. Por duas vezes, encontrei a Cadeia Civil, completamente vazia, onde nem sequer se encontrava o carcereiro, e si um dia quiz visitar a Cadeia, para, com effeito, verificar o numero de presos, tratamento, legalidade das prisões, etc., foi preciso previamente combinar com o Sr. Subdelegado, que conseguiu reunir na Cadeia a metade dos presos. Sei, por ouvir dizer, que ha presos *residentes* na Cadeia maltratados pelos policiaes, presos innocentes, má qualidade da alimentação, mas sobre isto nada posso providenciar, pois a circumstancia de não encontrar os presos na Cadeia, me impede de visital-a, afim de requerer o que fôr a bem da Justiça e da humanidade.

Sei perfeitamente que da parte da zelosa autoridade a quem em boa hora foi confiada a Segurança Publica não ha o menor proposito em desprestigiar a

Justiça. O terreno em que se acha edificado o Quartel de Policia em um de cujos compartimentos está instalada a Cadeia Civil, é insalubre, pois como é sabido o quartel foi construido em um verdadeiro pantano e, conservar os presos por um longo tempo nas prisões da Cadeia Civil, seria uma deshumanidade, seria condemnal-o á valetudinariiedade senão á morte.

Mas creio que este obstaculo seria perfeitamente removido, desde que se conseguisse a aquisição de um edificio, adaptando-se-o convenientemente, afim de servir para uma penitenciaria.

Entregue a administração da penitenciaria a uma pessoa de responsabilidade, que se compenetrasse dos seus deveres, conseguir-se-ia dest'arte mudar a actual situação dos sentenciados, evitando-se o seu pernicioso contacto com a sociedade, e respeitava-se mais a dignidade humana, poupando alguns á escravidão a que foram reduzidos.

Na Curadoria Geral de Orphãos e Auzentes, nenhum facto de importancia se registrou, constando o seu movimento apenas de pareceres emitidos.

Victoria, 9 de Janeiro de 1908.

O Promotor da Justiça

Americo Ribeiro Coelho.

MAPPA dos trabalhos da Promotoria durante o anno de 1907

RÉOS	CRIMES	DATA DAS DENÚNCIAS	DATA DAS PRONÚNCIAS	DATA DAS CONDENNAÇÕES	OBSERVAÇÕES
Antonio Rosa (cabo Rosa)	Homicidio	10 de Janeiro	18 de Fevereiro	22 de Março	Foragido
Angelo Cribari	Ferimentos leves	22 de Janeiro			Foi annullado o primeiro processo em 31 de Maio
Clemente Souza Lima	Ferimentos leves	27 de Janeiro			Foi condemnado a 8 m. 22 d. 12 h.
Jorge Furno	Ferimentos graves	11 de Março	22 de Abril		Foi absolvido pelo Jury em 11 de Junho
José Furno	Homicidio	11 de Março	22 de Abril		Foi absolvido pelo Jury em 11 de Junho
José Pereira Passos	Violencia carnal	13 de Junho	22 de Julho	26 de Dezemb.	Foi absolvido pelo Jury em 17 de Setembro
Pedro Antonio F. de Souza	Homicidio	20 de Junho	20 de Julho		Foragido
Gilberto Alvez	Violencia carnal	28 de Junho			Foi não pronunciado pelo dr. Juiz a 20 de Julho
Herculano Felisberto	Ferimentos leves	9 de Julho			Foi absolvido em 10 de Agosto
Eugenio Vieira de Souza	Ferimentos graves	25 de Setembro	15 de Outubro		Foi absolvido pelo Jury em 20 de Dezembro
Luiz Gastão Guaraná	Violencia carnal	30 de Setembro			Depende de sentença do Juiz Criminal
Joaquim L. do Nascim ^{to} .	Violencia carnal	20 de Outubro			Depende de sentença do Juiz Criminal
M ^o V. Ferreira (v ^o papag ^o)	Homicidio	7 de Novem.	15 de Dezemb.		Condemnado a 17 annos e 6 mezes
Manoel Pinto Ribeiro	Ferimentos leves	14 de Dezemb.			Procede-se ao sumario de culpa
João França do Sacram ^o	Ferimentos leves	18 de Dezemb.			Encerrou-se o sumario de culpa

Victoria, de Janeiro de 1908

Americo Ribeiro Coelho — Promotor da Justiça.

ANEXO N. 8

RELATORIO do Promotor da Justiça da comarca
do Itabapoana.

Camo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado.

No dia 4 de Janeiro deste anno, visitei a Cadeia Publica desta cidade, onde se achavam presos os criminosos seguintes:

Sentenciados: Clemento José da Silva, condemnado a 7 annos de prisão, pelo Jury desta cidade, em sessão de 21 Novembro do anno findo, por haver, ha annos, commettido o crime de homicidio no districto do Mimoso deste municipio.

Martinho Sebastião Monteiro e Joaquim José Thomaz, condemnados a 3 annos e 6 mezes de prisão, pelo Jury do municipio do Calçado, em sessão de 19 de Junho do anno proximo findo, por haverem furtado um animal, n'aquelle municipio, em Janeiro do mesmo anno.

Victor Benedicto Ribeiro, condemnado a 2 annos e 11 mezes de prisão pelo Jury desta cidade, a 28 de Maio do anno passado, por haver, ha annos, commettido o delicto previsto no artigo 304 § unico doCodigo Penal, neste municipio,

Marcos Pereira dos Santos condemnado a 7 annos de prisão, pelo Jury desta cidade, em 27 de Agosto do anno passado, por haver commettido o crime de homi-

cidio, no districto da Conceição do Muquy, deste municipio em Junho d'aquelle anno.

Felippe Estevão do Carmo, condemnado a 2 annos e 4 mezes de prisão, pelo Jury do Calçado, em sessão de 12 de Dezembro de 1906, por haver commettido o crime de homicidio naquelle municipio, no dia 8 de Setembro de 1906.

Antonio de Souza Monteiro, condemnado pelo Jury desta cidade, em sessão de 29 de Dezembro de 1906, a um anno, 4 mezes e 10 dias de prisão, por haver commettido o crime de defloramento, no municipio da Ponte, em Maio daquelle anno.

Durante o mez de Fevereiro, foram denunciados pela promotoria os seguintes individuos:

João Rosa Vieira (solto) como incurso nas penas do artigo 304, § unico doCodigo Penal, estando já pronunciado.

João Gregorio da Cunha, como incurso nas penas do mesmo artigo, estando pronunciado e foragido.

Felicio Zacarias Campos (foragido) e Samuel Marçal da Silva (solto e afiançado.) O primeiro como incurso nas penas do artigo 294 doCodigo Penal e o segundo nas dos artigos 169, 170 e 171 do mesmoCodigo. Estão pronunciados e devem ser julgados pelo Jury do Calçado, por haver sido aquelle municipio o theatro de seus crimes, commettidos naquelle mez de Fevereiro.

A 26 daquelle mez recolheu-se a Cadeia desta cidade Custodio Evangelista da Costa, pronunciado no artigo 294 doCodigo Penal, por haver commettido crime de homicidio, neste municipio, no dia 30 de Novembro do anno findo.

No dia 8 de Março, visitei a cadeia desta cidade, onde se achavam 8 criminosos.

A 9 daquelle mez teve lugar a primeira sessão do Jury deste anno, neste municipio, sendo submettido a julgamento o processo instaurado contra Custodio Evangelista da Costa, sendo elle absolvido.

No dia 26 daquelle mez falleceu na Cadeia desta cidade o sentenciado Antonio de Souza Monteiro, condemnado a um anno, 4 mezes e 10 dias de prisão pelo jury deste municipio, como acima ficou declarado.

Ainda naquelle mez esta promotoria deu queixa contra Eloy Gomes da Cruz, (foragido) como incurso nas penas do artigo 267 do Codigo Penal, por haver delinquido no municipio da Ponte, em Fevereiro deste anno. Está pronunciado.

A Promotoria de Justiça, denunciou ainda naquelle mez aos seguintes individuos :

Manoel Julio, (prezo) como incurso no artigo 294 do Codigo Penal, combinado com os artigos 13 e 63, por haver tentado contra a vida de Tonhol Caetano, neste municipio, naquelle mez de Março. Seu processo está preparado.

Tonhol Caetano, (solto e afiançado) como incurso nas penas do artigo 303 do mesmo codigo, por haver commettido o crime capitulado naquelle artigo, neste municipio, a 24 daquelle mesmo mez. Está tambem pronunciado.

Gil de Freitas, (foragido) por haver, naquelle mesmo mez, commettido o delicto previsto no artigo 227 do mesmo Codigo, no municipio da Ponte de Itabapoana.

Seu processo está em andamento.

Felippe José de Sá, (solto) como incurso nas pe-

nas do artigo 304 § unico do mesmo codigo. Este crime foi commettido no municipio do Calçado, em Outubro do anno findo, e o inquerito chegou a esta Promotoria a 29 de Março deste anno. Nelle depuzeram já todas as testemunhas, tendo eu dado minha ultima promoção.

Christofori Luige, (solto) incurso nas penas do mesmo artigo, tendo sido commettido o crime neste municipio no mez de Abril deste anno.

No dia 4 de Abril visitei a Cadeia desta cidade, onde já não se achavam Custodio E. da Costa e Antonio de Souza Monteiro.

No mez de Maio, foram sorteados e convocados os jurados que deviam servir na 2ª sessão do jury deste anno, designada para o dia 9 de Junho.

Pelo supplente do Juiz de Direito desta comarca, no Calçado foram tambem sorteados e convocados os jurados que deviam servir na primeira sessão do Jury daquelle municipio, neste anno, designada para o dia 16 do mesmo mez.

Estando exercendo o alto cargo de Chefe de Policia o Exmo. Dr. Juiz de Direito desta Comarca, e não podendo o Dr. Juiz de Direito da comarca de Cachoeiro attender o convite que lhe foi feito para vir presidir o Jury deste municipio e do Calçado, não havendo Jury em nenhum delles, n'aquelle mez. E porque houvesse um réo preso, com processo preparado, requeri uma sessão extraordinaria neste municipio, que foi designada para o dia 16 deste mez.

Tendo sido expedido mandado de prisão contra Samuel Marçal da Silva, veio elle a juizo e prestou fiança para se livrar solto.

Além de minha visita á Cadeia Publica, n'aquelle

mez, fiz extrahir e expedir mandados de prisão contra diversos réos pronunciados.

Cumprindo ordens dessa Procuradoria, denunciei, perante este juizo, o ex-administrador da Meza de Rendas da Barra de Itabapoana, mas verificando-se que como administrador daquela repartição estava sujeito ás Justças da comarca de Itapemirim, desisti do processo neste Juizo, requeri o desentranhamento das peças com que instrui a denuncia e as devolvi a essa Procuradoria em 19 do mesmo mez de Junho.

No dia 15 daquelle mez visitei a cadeia daquelle cidade em companhia do sr. delegado de policia, onde já se achava mais o criminoso José Amaro e Maria Christina.

Remetti ao sr. delegado de policia do Calçado, diversos mandados de prisão contra réos pronunciados e ainda naquelle mez dei denuncia contra os individuos:

Saul de tal (foragido) e José Amaro (preso) como incursos nas penas do artigo 294 do Código Penal, por crime commettido no dia 9 do mesmo mez, neste municipio, havendo já deposto nesse processo tres testemunhas. No final dessa denuncia requeri a soltura de Maria Christina por não achar base para denuncial-a, sendo logo posta em liberdade.

Oscar Gonçalves de Souza, (preso) incurso nas penas do artigo 294 por haver commettido crime de homicidio, no municipio do Calçado naquelle mez de Julho. Está em andamento o seu processo.

Camillo João da Silva, (solto) incurso nas penas do artigo 303 do mesmo código, por haver delinquido no municipio do Calçado, em 27 de Maio deste anno.

João Antonio da Silva, (preso) como incurso nas

penas do mesmo artigo. Este crime foi praticado no dia 24 de Junho ultimo, no municipio do Calçado.

Remetti ao sr. delegado de policia deste municipio 2 mandados para a captura de 2 réos pronunciados. Tanhãoli Caetano, um delles, prestou fiança de seu crime para se livrar solto.

Durante o semestre findo não tivemos neste Juizo nenhum caso de *habeas-corpus*, nem houve nenhum recurso de pronuncia.

Nas visitas feitas á cadeia, nenhuma queixa me foi feita sobre tratamento, encontrando sempre a cadeia em boas condições hygienicas.

Resumindo, durante o semestre findo, o Promotor da Justiça desta comarca deu uma queixa e 13 denuncias.

Como incurso nas penas dos artigos 169, 170 e 171, foi denunciado um individuo. Nas do artigo 303 foram denunciados trez. Nas do artigo 304 § unico, trez. Nas do artigo 227, tambem um. Nas do artigo 267, ainda um. Nas do artigo 294, quatro. Nas do artigo 294 combinado com os artigos 13 e 63, um somente.

Neste municipio foram commettidos durante o semestre findo, quatro crimes, sendo: uma tentativa de homicidio; um de ferimentos leves; um de ferimentos graves; e um homicidio.

No municipio da Ponte foram commettidos dois, sendo: um defloramento e uma morte.

No municipio do Calçado, foram praticados nove a saber: dous de ferimentos leves; dous de ferimentos graves; dous homicidios; um previsto no artigo 169 do Código Penal; um previsto no artigo 170 do mesmo Código e um previsto no artigo 171, ainda do mesmo, Código.

Estão em andamento diversos processos contra criminosos foragidos, cujos crimes foram praticados em epocha anterior á minha nomeação para o cargo de Promotor da Justiça desta comarca, e grande é o ról dos culpados que não puderam ser ainda capturados, por estarem foragidos.

Na cadeia desta cidade estão actualmente dez criminosos. Seis cumprem sentença, um espera julgamento e tres estão sendo processados.

Numa comarca como esta onde o fôro criminal é notoriamente agitada, devido a multiplicidade de processos crimes, penso que seria conveniente á Justiça e de toda equidade a decretação de uma verba destinada ao sr. escrivão do crime a titulo de gratificação e neste sentido aproveito a oportunidade, represento a V. Ex., a quem, mais uma vez, reitero meus protestos de alta consideração.

Saude e Fraternidade.

S. Pedro do Itabapoana, 1 de Julho de 1908.

Christiano Vieira de Andrade

Promotor da Justiça da Comarca de S. Pedro do Itabapoana.

ANNEXO N. 9

RELATORIO do Promotor da Justiça da comarca
do Alegre.

Exmo. Sr. Dr. Procurador Geral do Estado.

Em virtude do artigo 231 da Lei nº 516, apresento a V. Ex. o relatório contendo a estatística dos crimes e dos trabalhos judiciais da comarca, no semestre de 1º de Janeiro a 30 de Junho deste anno.

Joaquim Augusto de Oliveira, brasileiro, pronunciado no art. 303, foi absolvido por unanimidade de votos, em 18 de Março. — Arthur Francisco, brasileiro, pronunciado no artigo 294 § 1º, foi condemnado a 7 annos de prisão simples, em 19 de Março. — José Vieira Martins, José Sabino de Salles, syrios, e Valeriano Americo do Carmo, brasileiro, foram pronunciados no artigo 294 e absolvidos em 20 de Março. — Levino Pedro do Nascimento, brasileiro, pronunciado no art. 294, entrou pela 3ª vez em julgamento, em 21 de Março e foi absolvido unanimemente. — Raymundo Sabino, pronunciado no artigo 294 e absolvido unanimemente em 16 de Junho. — Pedro Quirino e Honorio Joaquim Garcia de Oliveira, brasileiros, pronunciados no artigo 303, foram condemnados em 18 de Junho a 8 mezes e 22 dias de prisão. — Antonio de Assis Martins e Joaquim Au-

gusto de Oliveira, brasileiros, pronunciados no artigo 303, foram absolvidos unanimemente em 19 de Junho. — Raphael Bedoya, Diogo Fernandez, hespanhões, e Raphael Antonio Gomes, argentino, pronunciados no artigo 356, foram submettidos a julgamento em 20 de Junho; o ultimo foi adiado por ter-se esgotado o numero de jurados da urna. — Antonio Tertulino da Costa, brasileiro, pronunciado no artigo 303, acha-se foragido. — José Felix Tannure, syrio, pronunciado no artigo 303, prestou fiança e não foi julgado por não ter comparecido uma testemunha, que não foi intimada. — Emygdio Dias Bicalho e Emiliano Emery, brasileiros, foram denunciados por crime de morte e o processo segue os seus tramites.

Visitei diversas vezes a cadeia e tenho a ponderar a V. Ex. ser esta situada em um porão de uma das casas desta Villa, não possuindo os requisitos necessarios de hygiene e a menor segurança possivel.

Apesar da vigilancia continua do carcereiro, os 4 presos que ali se achavam, dois dos quaes condemnados no medio do artigo 303, e dois pronunciados no artigo 356, facilmente arrombaram-na, na madrugada de 21 de Julho, e assim conseguiram escapar-se.

Apresento a V. Ex. os protestos da minha elevada consideração de par com cordeaes saudações.

Villa do Alegre, 20 de Julho de 1908.

O Promotor da Justiça

José Pereira Guimarães Filho.